

DESEMPENHO DOS FORMANDOS EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS NOS COMPONENTES CURRICULARES DO EXAME DE SUFICIÊNCIA: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO EXCESSO DE CONFIANÇA

Natália Pereira Cardoso¹
Kélim Bernardes Sprenger²
Clóvis Antônio Kronbauer³

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo identificar se o desempenho dos formandos em Ciências Contábeis nos conteúdos exigidos pelo Exame de Suficiência pode estar atrelado ao excesso de confiança. Para atingir os objetivos, desenvolveu-se uma pesquisa descritiva, com emprego de métodos mistos, realizando a coleta de dados por meio de um questionário. Para a formulação das questões, foram determinados os componentes curriculares de Perícia Contábil e Contabilidade de Custos, pois esses representam os componentes com maior e menor percentual de acertos, conforme a última edição do Exame de Suficiência. O instrumento de pesquisa foi aplicado aos formandos de graduação em Ciências Contábeis de quatro instituições de ensino do estado do Rio Grande do Sul, para o qual se obteve uma amostra de 88 respondentes. Os principais resultados indicaram que, em média, há presença do excesso de confiança (24%) em todos os componentes curriculares aos quais os estudantes em fase de conclusão do curso foram expostos, sendo que, no componente curricular *Perícia*, esse viés é de 26%, e, no componente *Contabilidade de Custos*, o excesso de confiança corresponde a 23%, diferentemente do esperado. Assim, os resultados da pesquisa proporcionaram uma melhor avaliação do desempenho dos alunos sob o viés do excesso de confiança, que foi presenciado e comprovado em todo o estudo. Além disso, por meio de uma questão descritiva, os formandos apontaram sugestões de melhorias para elevar o percentual de aprovados no Exame de Suficiência, indicando métodos úteis e passíveis de aplicação tanto pelas instituições quanto pelos alunos.

Palavras-chave: Exame de Suficiência. Desempenho. Excesso de Confiança.

ABSTRACT

The present study has the purpose of analyzing the performance of the Bachelor's in Accounting Sciences in the curricular components required by the Examination of Sufficiency, and also, submitted to the perspective of the bias of the excess of confidence. To achieve the objectives, a descriptive research was developed using mixed methods with the data collection carried out through a

¹ Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis das Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT. Taquara/RS. E-mail: naaacard@live.com

² Professor orientador das Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT. Taquara/RS. E-mail: kelimsprenger@faccat.br

³ Professor coorientador. Doutor em Contabilidade e Auditoria pela Universidade de Sevilha – Espanha. Professor do PPG de Ciências Contábeis da UNISINOS. São Leopoldo/RS.

questionnaire. For the formation of the questions the curricular components of Accounting Skill and Cost Accounting were determined. The research instrument was applied to undergraduate students in Accounting Sciences from four educational institutions in the state of Rio Grande do Sul, for which a sample of 88 respondents was obtained. By means of the curricular components that had the best results within the analyzed sample, from the average of the results during the editions, were the components of Perícia Contábil with 59% of approval and one of the smallest components being Cost Accounting with 41% of approval. Students compromised their answers on average with 58% of the presence of overconfidence in all questionnaires evaluated. The results of the research provided a better assessment of students' performance under the overconfidence bias, which was witnessed and proven throughout the study. Through a descriptive question of suggestions for improvements to raise the percentage of approved, the respondents revealed useful and possible methods for the institution to stimulate their preparation for the test, in addition to reflecting a good performance on behalf of the institution and the student as professional.

Keywords: Examination of Sufficiency. Performance. Overconfidence.

1 INTRODUÇÃO

Considerando que o Exame de Suficiência tem como objetivo aferir a capacitação dos formandos de Ciências Contábeis, atrelando a obtenção de Registro Profissional em Conselho Regional de Contabilidade (CRC) à sua aprovação no Exame, é relevante analisar o índice de aprovação desses, bem como identificar o desempenho dos bacharéis em Ciências Contábeis frente aos componentes curriculares que são exigidos.

Durante a fase acadêmica, o contato com a grade curricular permite ao acadêmico construir uma base de conhecimentos que será utilizada no ambiente profissional e permitirá que ele seja avaliado por diversos instrumentos, como o Exame de Suficiência. Assim, o desafio das instituições de ensino é preparar os alunos devidamente para que, durante e após a graduação, todo o conhecimento transmitido possa ser instrutivo o suficiente.

Dessa forma, a responsabilidade dos acadêmicos com o processo de aprendizagem e seu desempenho na graduação, considerando avaliações internas e externas, como o Exame de Suficiência, é um fator essencial para atingir resultados satisfatórios. Nesse momento, cabe salientar que o seu desempenho pode estar diretamente ligado ao seu comportamento e, principalmente, sofrer a interferência de vieses comportamentais, como o excesso de confiança, pois essa atitude molda a tomada de decisão.

Assim, determinadas ações e decisões tomadas podem estar ligadas aos vieses comportamentais e isso se aplica nas mais diferentes situações que envolvem as pessoas, inclusive no que tange a aspectos relacionados à sua formação, podendo resultar em iniciativas equivocadas, como a de prestar o Exame de Suficiência sem estar preparado, agindo pela coragem dada pelo excesso de confiança.

Diante disso, fatos como os baixos índices de aprovação nos componentes curriculares estabelecidos pelo Exame de Suficiência podem ter relação com o perfil comportamental de cada um e com a falta de atenção dada a essas disciplinas dentro das salas de aula.

Assim, visando identificar possíveis fatos relacionados ao desempenho dos bacharéis em conteúdos específicos, é propício avaliá-los sob a ótica do excesso de confiança, o que, segundo Koehler *et al.* (1996), pode ser definido como a diferença entre a confiança e a precisão obtida.

Assim, pode-se supor que o excesso de confiança interfira, por exemplo, na decisão de o candidato revisar ou não um determinado conteúdo antes de realizar o Exame de Suficiência. Dessa forma, os componentes curriculares que apresentam menores índices de acertos, por exemplo, podem ser aqueles nos quais os bacharéis em Ciências Contábeis apresentam excesso de confiança.

Diante disso, esta pesquisa busca responder a seguinte questão: *O desempenho dos formandos em Ciências Contábeis nos conteúdos exigidos pelo Exame de Suficiência pode estar atrelado ao excesso de confiança?* Assim, o objetivo geral desta pesquisa é identificar se há relação entre o desempenho dos formandos em Ciências Contábeis nos conteúdos exigidos pelo Exame de Suficiência e o excesso de confiança.

Especificamente, este estudo busca: a) verificar o índice médio de aprovação no Exame de Suficiência, no período, em cada componente curricular; b) identificar componentes curriculares com maiores e menores índices de aprovação no Exame de Suficiência; c) identificar o perfil do aluno formando que prestará o Exame de Suficiência, considerando aspectos físicos e comportamentais; e d) mensurar o excesso de confiança de alunos formandos em Ciências Contábeis em relação a componentes curriculares exigidos no Exame de Suficiência.

Esta pesquisa justifica-se porque os resultados oriundos deste estudo poderão contribuir para um melhor entendimento dos alunos sobre os vieses de

comportamento que estão presentes na tomada de decisão, o que poderá instigá-los a se preparar melhor para avaliações como o Exame de Suficiência e também poderá ser útil para a instituição obter um perfil dos alunos sob esta ótica, podendo criar estratégias que os auxiliem.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo serão apresentados os referenciais teóricos e empíricos relacionados ao tema da pesquisa.

2.1 Ensino da Contabilidade

Conforme Peleias e Bacci (2004), em 1809, ocorreu a criação oficial do ensino da Contabilidade no Brasil, por meio de aulas de comércio, contando com aulas práticas e a apresentação de um sistema de Direito Comercial, com a inicialização dos estudos sobre Economia Política no Brasil.

Em 1833, a obra de Estevão Rafael de Carvalho, *Metafísica da Contabilidade Comercial*, apostou na Contabilidade como título de Ciência e divulgou o método de partidas dobradas. Em 1846, as aulas de comércio passaram a abordar as disciplinas de Matemática, Geografia, Economia Política, Direito Comercial, Prática das Principais Operações e Atos Comerciais, com prazo estipulado em dois anos.

O primeiro Código Comercial Brasileiro (Lei nº 556 de 25 de junho de 1850) obrigava as organizações a manterem a sua escrituração contábil, os registros contábeis e o levantamento anual dos balanços gerais. E, observando-se a necessidade de reforço de ensino, surgiu o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, que, em 1863, agregou ao currículo a Escrituração Mercantil, buscando a qualidade em escrituração contábil (SILVA, 2006).

Segundo Ludícibus (2004), em 1902, a escola de Comércio Álvares Penteado foi considerada a primeira escola especializada no ensino da Contabilidade e reconheceu grandes professores como Francisco D'Auria e Frederico Herrmann Júnior. Conforme Silva (2006), esses educadores foram importantes para o reconhecimento da profissão contábil, pois iniciaram as entidades de classe dos contabilistas, bem como foram os fundadores da Revista

Brasileira de Contabilidade, em 1911, e ambos compreendiam a Contabilidade como sendo uma ciência.

Silva (2006) ainda revela que, na primeira edição da Revista Brasileira de Contabilidade, José da Costa Sampaio expôs uma experiência de classificação científica sobre contas comerciais, sendo esse um dos primeiros estudos científicos sobre a Contabilidade produzido no Brasil. Em 1922, a Revista Paulista de Contabilidade passou a substituir a Revista Brasileira de Contabilidade, que, além de publicações científicas, teria a finalidade de discorrer sobre assuntos e causas que agregassem valores aos contadores e guarda-livros brasileiros.

Por meio do Decreto nº 17.329, de 1926, houve a aprovação do regulamento para os estabelecimentos de Ensino Técnico Comercial reconhecidos oficialmente pelo Governo Federal. Em 1931, foram introduzidos os aperfeiçoamentos de Atuariais, Perícia e o curso superior de Administração e Finanças. Logo, em 1945, iniciou-se o curso superior de Ciências Contábeis, por meio do Decreto Lei nº 7.988, concedendo aos formandos o título de bacharéis em Ciências Contábeis e Atuariais. Em 1951, a Lei nº 1.401 desdobrou o curso de Ciências Contábeis e Atuariais.

Segundo Silva (2006), em 1964, com a influência da ditadura militar, ocorreram mudanças no sistema educacional do país e, em 1968, entrou em vigor a Lei nº 5.540, fixando normas para a organização e o funcionamento do Ensino Superior, entre elas, houve a criação de setores e a matrícula por conteúdo. Ainda nos anos 60, já existiam cursos de licenciatura para profissionais da área lecionarem. Porém, mesmo com a oportunidade da educação em Contabilidade, era considerado mais rentável, apesar de todas as intempéries, trabalhar em escritórios próprios ou departamentos de empresas.

Os assuntos relacionados à Contabilidade, como profissionais da área e o Ensino Superior, tiveram maior exposição através dos representantes da profissão na década de 70 e no início dos anos 80. Por meio da Resolução nº 03/1992, ocorreu mais um reforço para a qualificação do currículo do curso de Ciências Contábeis, criando um currículo mínimo para o curso e a introdução de mais disciplinas (SILVA, 2006).

Atualmente, a Resolução CNE/CES 10/2004 institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis,

indicando aspectos que as instituições devem estabelecer por meio da organização curricular. Além disso, essa Resolução indica os conteúdos de formação básica, profissional e teórico-prática que as instituições necessitam oferecer, conforme o Quadro 1 (MEC, 2004):

Quadro 1 – Conteúdos de Formação

ITENS	CONTEÚDOS	DEFINIÇÕES
I.	Conteúdos de Formação Básica	Estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística.
II.	Conteúdos de Formação Profissional	Estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, além de suas relações com a Atuária, e da Auditoria, da Controladoria e suas aplicações peculiares ao setor público e privado.
III.	Conteúdos de Formação Teórico-Prática	Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando softwares atualizados para Contabilidade.

Fonte: MEC, 2004 – adaptado pela acadêmica.

Sob a ótica dos componentes curriculares, Carvalho, Bianchi e Souza (2018) analisaram o desempenho dos discentes de Ciências Contábeis quanto ao conhecimento dos conteúdos dos Pronunciamentos CPC 00 – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, e CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Os resultados da pesquisa indicaram que a disciplina de Teoria da Contabilidade está relacionada ao melhor desempenho nas questões referentes ao CPC 00. Os resultados reafirmaram a necessidade de alterações na metodologia de ensino adotada. (Carvalho; Bianchi; Souza, 2018).

Assim, entende-se que o curso de Ciências Contábeis deve proporcionar uma formação profissional que habilite o bacharel a desempenhar as suas atribuições com conhecimento, competência e ética, permitindo, assim, seu desenvolvimento e sua contribuição com a sociedade na qual está inserido.

2.2 Formação do contador, sua profissão e o exame de suficiência contábil

Conforme o MEC (2004), o curso de graduação em Ciências Contábeis deve possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades identificadas no Quadro 2:

Quadro 2 – Formação Contábil: Competências e Habilidades

ITENS	DESCRIÇÕES
a)	Utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais;
b)	Demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;
c)	Elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;
d)	Aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;
e)	Desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;
f)	Exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante à sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;
g)	Desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítico analítica para avaliar as implicações organizacionais com a Tecnologia da Informação;
h)	Exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.

Fonte: MEC, 2004 – adaptado pela acadêmica.

Assim, percebe-se que a formação do contador é abrangente, o que a torna uma das profissões que mais se destaca, pois em um período econômico incerto, as empresas precisam contar com profissionais contábeis responsáveis, capazes de analisar as contas, fazer o fechamento de balanço e garantir o *report* entre diretoria e investidor.⁴

Atualmente, as particularidades essenciais de cada profissão estão ligadas: às atividades exercidas, para as quais há procura no mercado; à formação qualificada obtida em conjunto ao sistema educacional; e às oportunidades e vantagens aos formados e qualificados em poder desempenhar as tarefas, indicando o reconhecimento da relação entre o sistema de Ensino Superior e o mercado de trabalho (FREIDSON, 1986; RODRIGUES, 2002).

Cabe ressaltar que a profissão conta com um órgão registrador e fiscalizador no Brasil, outorgado desde o Brasil Colônia, passando pelo período de República Velha e pelo início do século XX, até o ano de 1946, com o registro de instituições de ensino e defesa profissional (SILVA, 2006).

⁴ Reportagem Jornal Contábil, publicado em 08 de dezembro de 2017.

Contribuindo com o desenvolvimento da Contabilidade e da valorização profissional, o projeto de Lei de autoria do Senador Raymundo de Miranda, de 1920, determinava que toda escrituração comercial fosse elaborada pelo sócio autorizado em contrato social ou guarda-livros habilitado (SILVA, 2006).

O Decreto Lei nº 21.033, de 1932, estabeleceu novas condições para o registro de contadores e guarda-livros, não permitindo validade a “nenhum livro ou documento de contabilidade que não estiver assinado por atuário, perito-contador, contador ou guarda-livros devidamente registrado na Superintendência do Ensino Comercial”. De acordo com o art. 53 do decreto n. 20.158, de 30 de junho de 1931, o título de Contador passou a ser reconhecido.

Em 1946, a história da Contabilidade Brasileira foi marcada pela publicação do Decreto-Lei nº 9.295, que resultou na legalidade e legitimidade para a profissão, através da fundação do Conselho Federal de Contabilidade, com a alteração da redação dada pelo art. 76 da Lei nº 12.249/2010:

Art. 2º. A fiscalização do exercício da profissão de contabilista, assim entendendo-se os profissionais habilitados como contadores e técnicos em contabilidade, exercida pelo Conselho Federal de Contabilidade e pelos Conselhos Regionais de Contabilidade.

Em 2005, houve um novo avanço na área contábil com a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais, pois através da Resolução CFC nº 1.055, de outubro de 2005, foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), objetivando:

Art. 3º. O estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) tem como atribuições o estudo, a pesquisa, a discussão, a elaboração e a deliberação sobre conteúdos e a redação de Pronunciamentos Técnicos, sendo que todos os delineamentos dos Pareceres Técnicos devem se sujeitar à audiência pública. Além dos Pronunciamentos Técnicos, pode transmitir Orientações e Interpretações, desde que de acordo com o regulamento interno, e aprovado por no mínimo 2/3 dos seus membros.

Em resumo, no século XX, alguns acontecimentos marcaram a área contábil, como o fato de a assinatura do contador ser exigida nas documentações das empresas, a questão de o governo se posicionar sobre a padronização contábil, além da equiparação entre direitos e exigências pelas inovações e a constituição dos principais órgãos de classe dos contadores no país (SILVA, 2006).

Atualmente, para a obtenção ou restabelecimento de Registro Profissional em CRC, o bacharel em Ciências Contábeis deve prestar o Exame de Suficiência e ser aprovado nele. Essa avaliação foi instituída em 1999, por meio da Resolução CFC nº 853/99, e atualmente vigora por meio da Lei nº 12.249/2010, que indica que os profissionais da área contábil poderão exercer a profissão após a conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis e, ainda, pela aprovação do Exame de Suficiência e registro no CRC.

Assim, houve um novo momento na Contabilidade, sendo que o Exame de Suficiência constitui-se como uma prova de equalização destinada a comprovar a obtenção de conhecimentos médios, consoante os conteúdos programáticos desenvolvidos no curso de Bacharelado em Ciências Contábeis (CFC, 2010).

O início das provas de Exame de Suficiência foi em 2000, porém, ele foi suspenso em 2005, voltando a ser novamente instituído em 2010, por meio da Lei 12.249/2010 e da Resolução CFC nº 1.301/2010, prevendo aplicação semestral e aprovação constituída pelo acerto de 50% das questões.

Segundo Resolução CFC nº 1.373/2011, que revoga as disposições em contrário na Resolução CFC nº 1.301/2010, as provas são compostas por 50 questões, sendo todas objetivas, com abrangência nos assuntos, identificadas no Quadro 03:

Quadro 03 – Componentes Curriculares exigidos no Exame de Suficiência

COMPONENTES CURRICULARES	
Contabilidade Geral	Legislação e Ética Profissional
Contabilidade de Custos	Auditoria Contábil
Contabilidade Aplicada ao Setor Público	Perícia Contábil
Contabilidade Gerencial	Noções de Direito
Controladoria	Matemática Financeira e Estatística
Teoria da Contabilidade	Língua Portuguesa
Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade	

Fonte: CFC, 2011 – adaptado pela acadêmica.

Para Broietti (2014, p. 02), “a obrigatoriedade do exame, sistematicamente melhora a qualidade dos cursos, a atenção das universidades para o programa de graduação, a especialização dos docentes em diferentes áreas e a exclusão do mercado de trabalho dos profissionais despreparados”.

Assim, a prova do Exame de Suficiência permite avaliar os conhecimentos técnicos, promover o aperfeiçoamento do Ensino Superior, reconhecer os profissionais e filtrar os menos capazes, auxiliando no desenvolvimento dos profissionais mais preparados. As implicações citadas acima revelam a importância dessa prova para a profissão em geral e como o exame apresenta-se, modificando de forma positiva a vida profissional contábil.

Segundo Skinner (2003), o resultado do Exame pode estar atrelado ao comportamento, ou seja, a partir do momento em que a prova se faz necessária ao repertório do profissional, o comportamento desse passa a ser reforçado para atingir o objetivo das questões.

2.3 Vieses comportamentais: o excesso de confiança

Uma das contribuições oriundas da área de Psicologia compreende a identificação de heurísticas e de ilusões cognitivas que afetam a tomada de decisão. Heurísticas de julgamento são estratégias de simplificação cognitiva que as pessoas utilizam ao enfrentar cenários complexos no processo de tomada de decisão, e os vieses (ilusões cognitivas) são os erros de julgamento e decisão ocasionados pelo uso dessas heurísticas.

Kahnemann (2012) aborda algumas dessas ilusões cognitivas e heurísticas, apresentando entre elas o excesso de confiança (*overconfidence*). Bazerman e Moore (2009) sugerem que o excesso de confiança provavelmente oferece a coragem para que as pessoas se esforcem e levem adiante iniciativas que vão além de suas habilidades.

Koehler *et al.* (1996) definem excesso de confiança como a diferença entre a confiança e a precisão obtida. Para Russo e Schoemaker (1992), os resultados de uma decisão vão além do conhecimento dos fatos, de conceitos e de suas relações, eles exigem a compreensão dos seus próprios limites de conhecimento, deixando o excesso de confiança ocorrer nas próprias crenças e julgamentos.

O efeito *overconfidence* é considerado um viés cognitivo em que as pessoas admitem ser melhores em relação à média geral da população. Elas acreditam que suas características são melhores do que realmente são (ALICKE *et al.*, 1995; DE BONDT; THALER, 1995).

Pompian (2006, p.51) relata que “o excesso de confiança, em sua forma mais básica, pode ser resumido como uma fé injustificada nas próprias habilidades de raciocínio intuitivo, juízo e habilidades cognitivas”. Isso leva as pessoas a acreditarem que são mais capacitadas que outras e têm melhores informações, superestimando suas próprias capacidades de avaliação e de previsão.

A confiança injustificada pode ser benéfica em algumas situações, mas pode ter efeitos adversos, constituindo uma barreira para o processo de tomada de decisão profissional. As pessoas se tornam insensíveis a novas evidências ou alternativas quanto mais se sentem seguras de que sabem a resposta certa. Também é importante ressaltar que o excesso de confiança tende a ocorrer automaticamente, sem que se tenha consciência de que ele está influenciando o julgamento (BAZERMAN; MOORE, 2009).

Estudos precedentes indicam a ocorrência do excesso de confiança, e a manifestação desse viés possibilitou debates e sua aplicação por meio de experimentos. Foram desenvolvidos experimentos que tinham a finalidade de indagar com qual frequência as pessoas se enganavam com suas próprias certezas, como, por exemplo, a aplicação de um questionário em 120 voluntários envolvidos através de um anúncio no jornal estudantil da Universidade de Oregon. O questionário era composto por questões de múltipla escolha, com 75 perguntas e duas alternativas de respostas sobre conhecimentos gerais, incluindo História, Música, Geografia, Natureza e Literatura. O seguimento procedia das alternativas julgadas corretas, com a probabilidade entre 50% e 100% quanto à sua resposta dada ser a correta. O resultado foi de 9.000 respostas, as quais foram selecionadas para o estudo, em que foi observado, por aquelas que indicaram os 100% de certeza, que acabaram sendo certas apenas entre 20% e 30% das vezes (FISCHHOFF *et al.*, 1977).

Em outro experimento sobre excesso de confiança, elaborado por Alpert e Raiffa (1982), com o questionário desenvolvido com 10 perguntas para 100 participantes, foi solicitado aos respondentes que estabelecessem suas

respostas sobre questões de 23 estimativas de quantidade, dentro de um intervalo de confiança de 90%. Contudo, 42,6% das respostas mostravam-se fora do intervalo de confiança requisitado. Os autores analisaram e concluíram que esse resultado refletiu o excesso de confiança de quase metade dos participantes do experimento.

Assim, entender se tal viés cognitivo também está presente nas decisões tomadas em âmbito acadêmico, tendo como foco o desempenho geral dos bacharéis em Ciências Contábeis nos conteúdos exigidos pelo Exame de Suficiência, bem como identificar se esse está atrelado ao excesso de confiança, pode contribuir para um melhor entendimento dos alunos e das instituições de Ensino Superior sobre os vieses de comportamento.

3 METODOLOGIA

Esta seção apresenta os aspectos metodológicos envolvidos no estudo, como sua classificação, a amostra, a coleta e o tratamento dos dados.

3.1 Classificação da Pesquisa

Quanto à natureza, esta pesquisa é classificada como aplicada. Segundo Pradonav e Freitas (2013), a pesquisa aplicada tem por finalidade gerar conhecimentos para uso prático de questões específicas, que abrangem verdades e interesses.

Com relação à forma de abordagem do problema, este estudo se desenvolveu através de uma pesquisa de métodos mistos. Para Creswell e Plano Clark (2007), a pesquisa de métodos mistos correlaciona as abordagens nas formas qualitativas e quantitativas. A investigação mescla os métodos em um estudo, tratando de algo maior, não apenas de uma coleta e análise das duas categorias de dados e nem de tratamentos com suas particularidades entre qualitativa e quantitativa separadas.

Conforme Hanson e colaboradores (2005), o emprego dos métodos mistos possibilita que os pesquisadores generalizem, em sincronia, a partir de uma amostra e população, e alcancem uma visão crítica e contextual do fenômeno que está sendo estudado. A pesquisa quantitativa possibilita verificar

relações entre variáveis e fazer generalizações. A pesquisa qualitativa possibilita a análise de casos reais em sua “particularidade temporal e local” (FLICK, 2006).

No que tange aos objetivos, esta pesquisa classifica-se como descritiva. Para Gil (2008), as pesquisas descritivas têm por finalidade a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ainda que possa ser utilizada para determinadas relações variáveis. A pesquisa tem como referência a particularidade quanto à utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Segundo Pradonav e Freitas (2013), o pesquisador não interfere nos dados, apenas observa, registra, analisa e ordena-os. Ele também busca descobrir qual a periodicidade do fenômeno, a natureza, suas características, causas e relações com outros fatos.

Quanto aos procedimentos técnicos, esta pesquisa é classificada como *Survey*. Conforme Gil (2008), o levantamento (pesquisa de campo – *Survey*) é o gênero representado pela interrogação direta com as pessoas cujo comportamento se almeja conhecer. O procedimento envolve a solicitação de informações de um grupo significativo de pessoas com relação ao problema estudado e, através de análise, procura-se verificar os resultados correspondentes aos dados coletados.

3.2 População e Amostra

Para o alcance dos objetivos deste estudo, o universo de participantes é composto por alunos do curso de Ciências Contábeis. Os sujeitos da pesquisa foram aqueles alunos que estão no último ano de formação do curso. A amostra compreendeu 88 alunos de instituições de Ensino Superior localizadas nas regiões do Vale do Paranhana, Vale dos Sinos e Serra, oriundos de quatro Instituições de Ensino Superior (IES) que autorizaram a aplicação da pesquisa. Ressalta-se que foram solicitadas autorizações para a realização da pesquisa junto a sete IES, porém apenas 43% concordaram em realizá-la.

Ainda foi agregada a esta pesquisa uma análise de dados secundários, oriundos dos resultados do Exame de Suficiência, compreendendo os anos de 2011 a 2017, possibilitando uma apreciação do desempenho dos participantes nas referidas edições.

3.3 Coleta e Tratamento de Dados

A coleta de dados representa a fase de obtenção das informações concretas, através da escolha de um instrumento e suas técnicas específicas (PRADONAV; FREITAS, 2013).

Inicialmente foram coletados os resultados dos bacharéis em Ciências Contábeis oriundos do Exame de Suficiência nas edições ocorridas nos anos de 2011 a 2017. Tais dados foram coletados por meio do *site* do CFC. Foram obtidos os percentuais de aprovações nos exames e o desempenho dos bacharéis com relação aos componentes curriculares exigidos.

Em um segundo momento, foram obtidas as informações dos sujeitos desta pesquisa (estudantes de Ciências Contábeis cursando o último ano da graduação). Para atingir os objetivos do estudo, foram coletadas as características pessoais, bem como foi aplicada uma questão descritiva para sugestões de melhoria nos resultados das provas do Exame de Suficiência. Os entrevistados foram submetidos a 12 questões (conhecimentos gerais, conhecimentos específicos, sendo estes, os componentes curriculares com maior e menor nível de aprovação no Exame de Suficiência, com base no resultado do Exame que compreendeu a 2ª edição de 2017). Essas questões foram fechadas, tendo apenas duas alternativas, sendo que as de conhecimento específico foram formuladas com base nas questões do Exame de Suficiência. Após indicar a resposta para as questões, os estudantes indicaram o grau de confiança referente ao acerto delas.

Para a obtenção desses dados, foi aplicado o questionário estruturado em três componentes:

- a) dados pessoais: identificação do estudante, descrevendo o perfil dos alunos, bem como sua preparação para as provas aplicadas em sala de aula e sua contribuição para a melhoria dos métodos preparatórios das instituições e dos alunos para as provas do Exame de Suficiência;
- b) cinco questões sobre conhecimentos gerais: questões com fundamento em situações, acontecimentos e fatos marcados anteriormente, de nível de dificuldade médio, com o objetivo de mensurar o excesso de confiança geral dos alunos.

- c) cinco questões sobre o maior índice de aprovação (Perícia) e cinco questões sobre o menor índice de aprovação do Exame de Suficiência (Contabilidade de Custos), as quais se baseiam em questões anteriores do Exame de Suficiência. Essa seção do questionário buscou mensurar o excesso de confiança, especificamente para assuntos envolvendo a prova do Exame de Suficiência.

Referente ao questionário, ele foi aplicado de forma física, nas intuições envolvidas, em junho de 2018.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção são abordados os resultados oriundos desta pesquisa. Inicialmente é apresentado o índice médio de aprovação no Exame de Suficiência em cada componente curricular e identificados os componentes com maiores e menores índices de aprovação. Posteriormente, é apresentado o perfil do formando, considerando aspectos físicos e comportamentais, bem como a presença do excesso de confiança.

Por fim, é apresentada a análise dos dados, considerando se o desempenho dos bacharéis em Ciências Contábeis nos conteúdos exigidos pelo Exame de Suficiência pode estar atrelado ao excesso de confiança.

4.1 Desempenho dos Bacharéis em Ciências Contábeis no Exame de Suficiência

Inicialmente foi verificado o índice de aprovação geral e por componente curricular nas edições de 2011 a 2017/1 do Exame de Suficiência. A Tabela 1 apresenta um relatório estatístico de aprovações de forma geral, considerando a média das 13 edições:

Tabela 1 – Relatório Estatístico de Aprovação do Exame de Suficiência

EDIÇÕES	% DE APROVAÇÃO
2011/1	31%
2011/2	58%
2012/1	47%
2012/2	26%

EDIÇÕES	% DE APROVAÇÃO
2013/1	36%
2013/2	43%
2014/1	49%
2014/2	42%
2015/1	54%
2015/2	15%
2016/1	42%
2016/2	22%
2017/1	25%
Média	38%

Fonte: elaborado pela acadêmica a partir dos resultados da pesquisa (2018).

Por meio da Tabela 1, observa-se que a média de aprovação no Exame de Suficiência no período analisado é de apenas 38%, sendo que o maior índice de aprovação foi de 58%, no segundo semestre de 2011, e o menor índice ocorreu no primeiro semestre de 2015, quando somente 15% dos participantes foram aprovados.

A Tabela 2 apresenta o detalhamento da Tabela 1, indicando o percentual de acertos por componente curricular, identificando, inicialmente, aqueles classificados como de formação profissional, em cada uma das edições do Exame de Suficiência:

Tabela 2 – Relatório estatístico de acertos da prova por componentes de formação profissional e por edição do Exame

	COMPONENTES RELACIONADOS À FORMAÇÃO PROFISSIONAL								
	Perícia	Auditoria	Control.	Teoria	S. Público	Gerencial	Custos	Geral	Normas
2011/1	50%	41%		48%	57%	38%	35%	48%	55%
2011/2	75%	62%	72%	34%	46%	60%	56%	43%	39%
2012/1	79%	48%		58%	54%	35%	56%	36%	40%
2012/2	63%	44%		36%	46%	42%	39%	37%	26%
2013/1	49%	49%			44%	49%	29%	41%	37%
2013/2	54%	68%		49%	25%	65%	46%	44%	32%
2014/1	55%	47%		76%	47%	49%	34%	36%	37%
2014/2	73%	70%		39%	46%	35%	45%	41%	33%
2015/1	46%	43%		50%	47%	44%	49%	52%	40%
2015/2	39%	58%		30%	48%	27%	36%	34%	41%
2016/1	66%	49%		47%	44%	36%	52%	41%	44%
2016/2	44%	51%	42%	45%	40%	39%	33%	39%	47%
2017/1	71%	34%	28%	33%	28%	28%	26%	43%	56%
Média	59%	51%	47%	45%	44%	42%	41%	41%	41%

Fonte: elaborado pela acadêmica a partir dos resultados da pesquisa (2018).

A Tabela 3, em complemento à Tabela 2, apresenta os percentuais de acertos das questões classificadas como de formação geral em cada edição:

Tabela 3 – Relatório estatístico de acertos da prova por componentes de formação geral e por edição do Exame

COMPONENTES RELACIONADOS À FORMAÇÃO GERAL						
	Estatística	Leg. e Étic	Português	Noções de Direto	Mat. Fin. e Estatística	Mat. Fin.
2011/1	31%	33%	39%	37%		30%
2011/2		53%	48%	55%	43%	
2012/1		47%	48%	38%	58%	
2012/2		65%	37%	47%	44%	
2013/1	84%	66%	43%	52%		35%
2013/2		63%	55%	52%	45%	
2014/1		45%	72%	38%		44%
2014/2		46%	47%	43%	37%	
2015/1		32%	76%	45%		57%
2015/2		60%	35%	46%		17%
2016/1		49%	51%	57%		53%
2016/2		90%	18%	45%	20%	
2017/1		67%	64%	27%	42%	
Média	57%	55%	49%	45%	41%	39%

Fonte: elaborado pela acadêmica a partir dos resultados da pesquisa (2018).

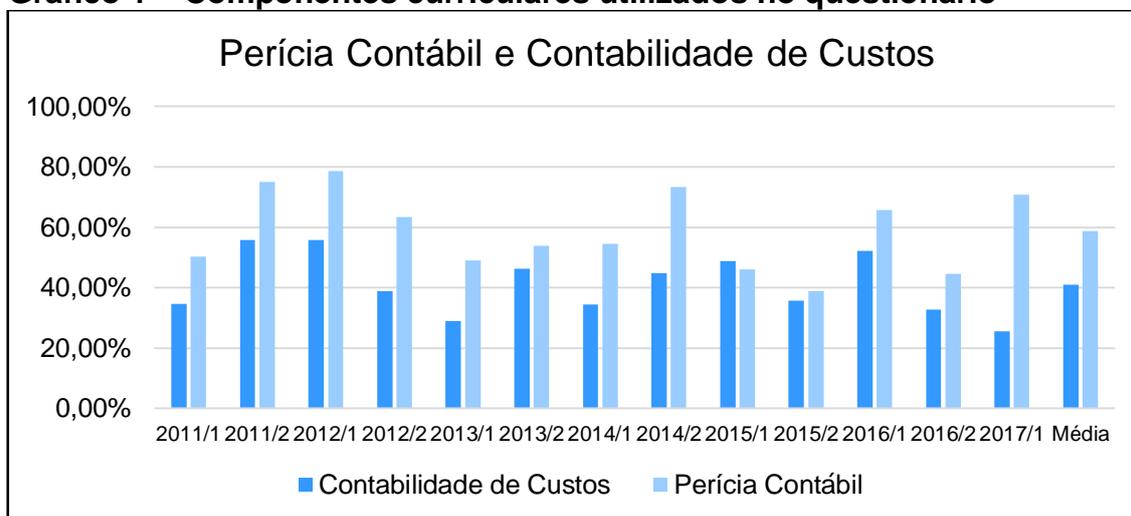
De acordo com as Tabela 2 e 3, os componentes curriculares que possuem os melhores resultados dentro da amostra analisada, a partir da média dos resultados durante as edições, são os de Perícia Contábil (59% de aprovação), Legislação e Ética Profissional (55% de aprovação) e Auditoria Contábil (51% de aprovação), sem considerar o componente curricular de Estatística, com 57% de aprovação, porém presente apenas nas edições de 2011/1 e 2013/1.

Com relação aos componentes curriculares que apresentaram os piores resultados médios, estão: Princípios e Normas Contábeis (41% de aprovação), Contabilidade Geral (41% de aprovação) e Contabilidade de Custos (41% de aprovação). Além disso, Matemática Financeira obteve 39% de aprovação, porém esteve presente em apenas seis edições do exame.

Conforme Tabela 2, considerando a edição ocorrida no primeiro semestre de 2017, verifica-se que Perícia Contábil contou com 71% de aprovação e que Contabilidade de Custos (que possui um dos três menores índices médios de aprovação entre os anos de 2011 a 2017) foi o componente com menor índice de aprovação, com 26%. Assim, esses dois componentes foram selecionados para compor o item de conhecimentos específicos do questionário aplicado,

sendo que o Gráfico 1 apresenta a evolução desses ao longo das últimas treze edições do Exame de Suficiência:

Gráfico 1 – Componentes curriculares utilizados no questionário



Fonte: elaborado pela acadêmica a partir dos resultados da pesquisa (2018).

Em relação ao Gráfico 1, observa-se que o componente curricular de Perícia Contábil manteve-se, durante todo o período analisado, com maiores níveis de aprovação, com sua maior aprovação no primeiro semestre de 2012 (79%) e menor aprovação no segundo semestre de 2016 (44%). Já o componente Contabilidade de Custos apresentou maior aprovação no segundo semestre de 2011 (56%) e menor aprovação no primeiro semestre de 2017 (26%).

4.2 Perfil do Formando em Ciências Contábeis

Visando identificar o perfil dos alunos formandos em Ciências Contábeis que participaram da pesquisa, a Tabela 4 apresenta a classificação desses por gênero:

Tabela 4 – Resultado do gênero dos alunos respondentes

GÊNERO		
	Nº de Alunos	%
Feminino	57	65%
Masculino	31	35%
Total	88	100%

Fonte: elaborado pela acadêmica a partir dos resultados da pesquisa (2018).

Conforme a Tabela 4, 65% dos respondentes são do gênero feminino, assim, a amostra conta com apenas 35% dos respondentes do gênero masculino.

A Tabela 5 apresenta a classificação da amostra conforme a faixa etária:

Tabela 5 – Resultado da faixa etária dos alunos respondentes

FAIXA ETÁRIA		
	Nº de Alunos	%
Até 20 anos	2	2%
21 a 25 anos	33	38%
26 a 30 anos	28	32%
31 anos ou mais	25	28%
Total	88	100%

Fonte: elaborado pela acadêmica a partir dos resultados da pesquisa (2018).

Conforme a Tabela 5, verifica-se que a maior parte dos alunos está classificada na faixa etária que compreende idades entre 21 a 25 anos, correspondendo a 38% da amostra, sendo que apenas 2% têm até 20 anos de idade, 32% possuem entre 26 a 30 anos de idade, e 28% têm 31 anos ou mais.

Ainda, a frequência com que esses formandos costumam estudar para avaliações é apresentada na Tabela 6:

Tabela 6 – Resultado da preparação para provas dos alunos respondentes

FREQUÊNCIA DE ESTUDO		
	Nº de Alunos	%
Nunca	6	7%
Às vezes	39	44%
Quase sempre	31	35%
Sempre	12	14%
Total	88	100%

Fonte: elaborado pela acadêmica a partir dos resultados da pesquisa (2018).

Com base na Tabela 6, observa-se que 14% dos respondentes têm o hábito de estudar sempre para a realização das provas, tanto em sala de aula como em provas externas das instituições, como o Exame de Suficiência. A maioria dos alunos (44%) indicaram que estudam às vezes para a resolução dos exercícios e provas.

A amostra também foi classificada por região, resultando na Tabela 7:

Tabela 7 – Regiões de aplicação do questionário

REGIÕES

	Nº de Alunos	%
Serra Gaúcha	14	16%
Vale dos Sinos	34	39%
Vale do Paranhana	40	45%
Total	88	100%

Fonte: elaborado pela acadêmica a partir dos resultados da pesquisa (2018).

Por meio da Tabela 7, observa-se que a maioria dos respondentes pertence à região do Vale do Paranhana, contando com 45% dos alunos. Já o Vale dos Sinos representa 39% da amostra, e a Serra Gaúcha apresenta 14% dos respondentes.

4.3 Desempenho nos Componentes Curriculares e o Excesso de Confiança

Por meio do questionário, foi possível apurar o percentual de acertos em cada um dos itens solicitados: Conhecimentos Gerais, Perícia Contábil e Contabilidade de Custos. Os respondentes também indicaram qual o seu grau de confiança diante da resposta selecionada. Assim, foi identificada a presença do excesso de confiança, o qual foi mensurado por IES, conforme apresenta a Tabela 8:

Tabela 8 – Resultado por Instituição de Ensino de Ciências Contábeis

Conhecimentos Gerais			
Instituições	% de Acertos	% de Confiança	% de Excesso
DEF	45%	72%	27%
ABC	50%	76%	26%
JKL	47%	73%	26%
GHI	53%	74%	21%
Média	49%	74%	25%
Perícia Contábil			
Instituições	% de Acertos	% de Confiança	% de Excesso
JKL	37%	71%	34%
GHI	56%	82%	26%
ABC	48%	73%	25%
DEF	53%	71%	18%
Média	49%	74%	25%
Contabilidade de Custos			
Instituições	% de Acertos	% de Confiança	% de Excesso
GHI	54%	84%	30%
DEF	53%	74%	21%
ABC	57%	77%	20%
JKL	58%	78%	20%
Média	55%	78%	23%

Fonte: elaborado pela acadêmica a partir dos resultados da pesquisa (2018).

Diante da Tabela 8, percebe-se que existe o viés cognitivo analisado em todas as questões que foram respondidas nas instituições, conforme Koehler *et al.* (1996), a diferença entre os acertos e a confiança resultou no excesso de

confiança. Nota-se que a GHI comprova exatamente os dados gerados pelas Tabelas 2 e 3, contando com o maior índice médio de 56% de acertos em Perícia Contábil e um dos menores índices médio em Contabilidade de Custos, com 53%.

Também foi avaliado se o excesso de confiança varia conforme o gênero dos respondentes, cujos resultados constam na Tabela 9:

Tabela 9 – Resultado por gênero

GÊNERO			
Conhecimentos Gerais			
Gênero	% de Acertos	% de Confiança	% de Excesso
Feminino	46%	73%	26%
Masculino	53%	76%	23%
Perícia Contábil			
Gênero	% de Acertos	% de Confiança	% de Excesso
Feminino	46%	73%	26%
Masculino	51%	75%	24%
Contabilidade de Custos			
Gênero	% de Acertos	% de Confiança	% de Excesso
Feminino	55%	77%	22%
Masculino	56%	80%	24%

Fonte: elaborado pela acadêmica a partir dos resultados da pesquisa (2018).

A Tabela 9 indica que o maior nível de acertos é do gênero masculino, com 53% em Conhecimentos Gerais, 51% em Perícia Contábil e 56% em Contabilidade de Custos. Observa-se que o excesso de confiança é maior para as mulheres, com 26% em Conhecimentos Gerais e 26% em Perícia Contábil, proporcionando ao gênero masculino apenas o maior excesso de confiança em Contabilidade de Custos, com 24%, comparado a 22% do gênero feminino.

A Tabela 10 informa a faixa etária em que os alunos se encontram no momento da resposta da pesquisa e os resultados baseados nessa constatação:

Tabela 10 – Resultado por faixa etária dos alunos

FAIXA ETÁRIA			
Questionário		Conhecimentos gerais	
Idade	% de Acertos	% de Confiança	% de Excesso
Até 20 anos	25%	71%	46%
21 a 25 anos	51%	74%	23%
26 a 30 anos	48%	72%	24%
31 anos ou mais	48%	76%	28%
Questionário		Perícia Contábil	
Idade	% de Acertos	% de Confiança	% de Excesso
Até 20 anos	63%	63%	0%
21 a 25 anos	44%	79%	35%
26 a 30 anos	50%	72%	22%
31 anos ou mais	50%	70%	20%

Questionário Idade	Contabilidade de Custos		
	% de Acertos	% de Confiança	% de Excesso
Até 20 anos	58%	68%	9%
21 a 25 anos	53%	80%	27%
26 a 30 anos	53%	77%	24%
31 anos ou mais	62%	78%	16%

Fonte: elaborado pela acadêmica a partir dos resultados da pesquisa (2018).

Conforme a Tabela 10, é possível identificar as faixas etárias com maior excesso de confiança, sendo que em Conhecimentos Gerais essa é a dos respondentes com até 20 anos (46%), em Perícia Contábil e Contabilidade de Custos, os respondentes com maior excesso de confiança possuem entre 21 e 25 anos (35% e 27%).

A Tabela 11 representa o resultado da frequência com que os alunos estudam e o nível de acertos que tiveram sobre o questionário aplicado:

Tabela 11 – Resultado por frequência de estudo dos alunos

FREQUÊNCIA DE ESTUDO			
Questionário Frequência de estudo	% de Acertos	Conhecimentos Gerais	
		% de Confiança	% de Excesso
Às vezes	47%	74%	27%
Nunca	46%	79%	33%
Quase sempre	51%	72%	21%
Sempre	50%	76%	26%

Questionário Frequência de estudo	% de Acertos	Perícia Contábil	
		% de Confiança	% de Excesso
Às vezes	45%	71%	26%
Nunca	67%	74%	8%
Quase sempre	47%	76%	30%
Sempre	52%	75%	23%

Questionário Frequência de estudo	% de Acertos	Contabilidade de Custos	
		% de Confiança	% de Excesso
Às vezes	59%	80%	21%
Nunca	63%	79%	16%
Quase sempre	49%	74%	25%
Sempre	56%	82%	26%

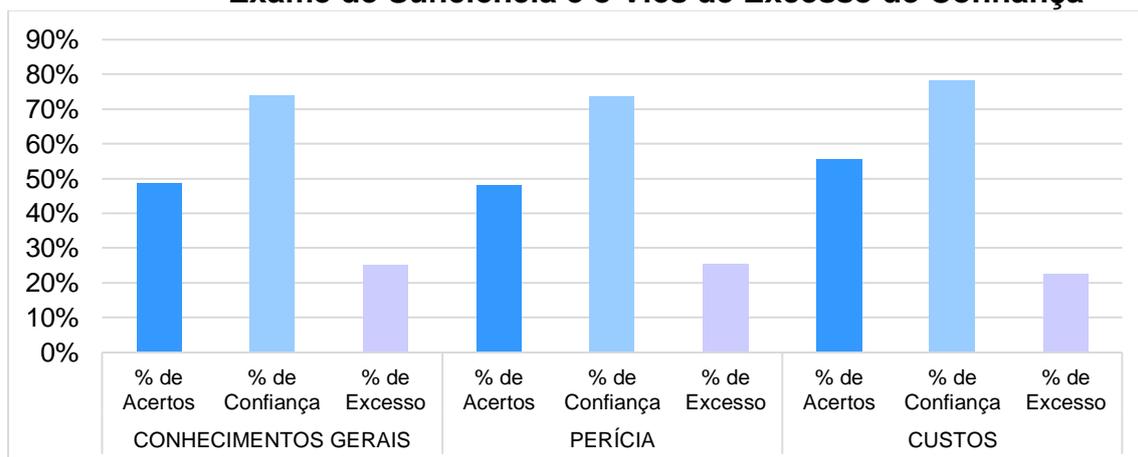
Fonte: elaborado pela acadêmica a partir dos resultados da pesquisa (2018).

Na tentativa de traçar um perfil dos alunos apresentados na Tabela 11, por meio da frequência de estudos e a relação com o excesso de confiança, verificou-se que os formandos que indicaram que sempre estudam, apresentaram excesso de confiança de 23% em Perícia Contábil, sendo esses menos confiantes do que aqueles que estudam às vezes e quase sempre, o que indica a maior precisão deles sobre suas respostas. Já no componente

Contabilidade de Custos, os formandos que apontaram sempre estudar foram os que apresentaram maior excesso de confiança (26%), indicando que se sentiam mais preparados do que realmente estavam para responder as questões.

E, visando atingir o objetivo geral desta pesquisa, apresenta-se a consolidação dos resultados encontrados neste estudo, por meio do Gráfico 2:

Gráfico 02 – Desempenho nos Componentes Curriculares Exigidos no Exame de Suficiência e o Viés de Excesso de Confiança



Fonte: elaborado pela acadêmica a partir dos resultados da pesquisa (2018).

O Gráfico 2 indica a existência do viés cognitivo *excesso de confiança* em todos os conteúdos exigidos pelo Exame de Suficiência. Conforme Bazerman e Moore (2009), essa é uma tendência das pessoas que dispõem desse excesso a partir da segurança demasiada que possuem sobre estarem certos.

O questionário aplicado de Conhecimentos Gerais foi utilizado como um balizador para as questões do Exame de Suficiência. Como esperado, ele apresentou um excesso de confiança de nível intermediário (25%).

O componente curricular Perícia, que apresentou maior percentual de acertos no Exame de Suficiência, contou com 26% em excesso de confiança, já Contabilidade de Custos (componente com menor percentual de aprovações em 2017) apresentou excesso de confiança menor, de 23%.

Como esperado, foi constatado excesso de confiança no componente Contabilidade de Custos, porém, diferentemente do esperado, tal componente, que apresentou menor desempenho no Exame de Suficiência, também apresentou menor nível de excesso de confiança. Tal situação pode decorrer do fato de os estudantes formandos estarem cientes de que esse componente tem

apresentado menor aprovação e, talvez, estejam sendo mais cautelosos em suas respostas.

Além disso, é possível verificar que a média de acertos desta amostra não corresponde aos resultados da última edição do Exame do segundo semestre de 2017. O componente Contabilidade de Custos apresentou 56% de acertos e o componente Perícia Contábil apresentou 48% de acertos.

4.4 Desempenho no Exame de Suficiência: Constatações Adicionais

Buscando ampliar o entendimento sobre o desempenho dos alunos, a questão dissertativa incluída no questionário conseguiu apresentar informações importantes sobre a opinião dos formandos a respeito de possíveis ações que poderiam melhorar o desempenho no Exame de Suficiência, tanto no âmbito do aluno quanto das IES.

Assim, as informações descritas na Tabela 12 foram obtidas por meio da resposta dos alunos, com uma visão crítica e construtiva perante o baixo desempenho que tem se repetido ao longo das últimas edições do Exame. Dos 88 alunos que responderam ao questionário, 90% apresentaram as seguintes respostas para a referida pergunta:

Tabela 12 – Sugestões de Melhorias para o Desempenho no Exame de Suficiência

FREQUÊNCIA	AÇÃO
38%	Aplicar, durante toda a vida acadêmica, questões de avaliações externas para familiarizar os alunos com diferentes estilos de provas.
35%	Realização de simulados de provas exigidas para capacitação do contador.
18%	Oportunizar atividades extracurriculares voltadas às avaliações externas.
13%	Realizar mais atividades curriculares focando o Exame de Suficiência, disponibilizando <i>web</i> aulas, aulas preparatórias e talvez uma disciplina com este foco.
10%	Demonstrar interesse por parte dos alunos em se dedicarem ao estudo, devendo priorizar seu tempo para o preparo.
9%	Conciliar as atividades práticas no currículo do curso com os conteúdos teóricos e desenvolver raciocínio lógico e analítico.
4%	Retratar a importância dessas avaliações na sua formação, estimulando os alunos, em sala de aula, a se dedicarem.
4%	Focar no maior planejamento e didática do ensino.
3%	Incentivar os alunos a se familiarizarem com os processos para realização das provas, como o Exame de Suficiência, sem o uso de calculadoras.

Fonte: elaborado pela acadêmica a partir dos resultados da pesquisa (2018).

Por meio da Tabela 12, verifica-se que a maioria das sugestões requerem atividades com base em avaliações externas do início ao fim do período acadêmico, para que, assim, haja a familiaridade com as questões que serão exigidas em provas de capacitação voltadas ao contador. Os alunos sugerem a realização de simulados de provas que serão exigidas fora da IES, assim como aulas práticas conciliadas a aulas teóricas, *web* aulas, aulas preparatórias, foco por parte da organização em planejar o ensino e a didática, assim como incentivá-los a se dedicarem ao estudo para as provas e aos processos para a realização dessas.

Não direcionando a responsabilidade apenas às IES, os alunos também recomendaram analisar os seus deveres e interesses, organizando mais tempo para a preparação das provas e investindo em meios de melhorar o seu desempenho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi identificar se o desempenho dos formandos em Ciências Contábeis nos conteúdos exigidos pelo Exame de Suficiência pode estar atrelado ao excesso de confiança. O método utilizado para levantamento de dados foi o questionário, aplicado presencialmente a formandos de quatro IES do Rio Grande Sul. Em busca de atingir os resultados pretendidos, foram elaborados três questionários de diferentes fundamentos, com a mesma finalidade: identificar a presença de vieses comportamentais, tratando especificamente do excesso de confiança. Por meio das informações obtidas dos alunos respondentes, foi possível traçar o perfil de cada um que prestará o Exame de Suficiência e, ainda, analisar o nível de conhecimento transmitido em que esses se encontram.

As análises apresentadas tiveram como base os resultados do Exame de Suficiência divulgados pelo CFC. Os principais resultados evidenciaram que, em geral, os formandos são influenciados por esse viés cognitivo. Houve uma diferença na conciliação de dados com relação as médias de aprovação do Exame de Suficiência anterior, pois os menores índices de acertos apresentados

na amostra foram os que tiveram maiores índices de acertos na prova do Exame de Suficiência. Porém, apresentados separadamente por IES, ocorreu uma comprovação do fato de que a maior aprovação é do componente de Perícia Contábil, contando com a Contabilidade de Custos como uma das menores aprovações.

O viés comportamental do excesso de confiança estudado neste artigo foi presenciado na média da avaliação dos alunos que responderam ao questionário de conhecimentos específicos, mensurando seu grau de confiança. Sem dúvida, as informações obtidas através dos dados pessoais e comportamentais de cada aluno são indispensáveis na validação da preparação que os alunos possuem para a realização da prova que os dará a capacidade de exercer a profissão como contador. A responsabilidade desses índices de aprovação do Exame deve ser compartilhada entre os alunos e a instituição de ensino.

Este estudo procurou contribuir com a avaliação do conhecimento por parte dos alunos e das IES, objetivando apresentar fatores que podem influenciar no desempenho dos acadêmicos, bem como identificar possíveis estratégias que auxiliem no preparo desses, além de incentivar os alunos à elevação dos percentuais de aprovação, o que se refletirá em profissionais qualificados no mercado de trabalho.

Como sugestão de futuros estudos, recomenda-se a replicação desta pesquisa, ampliando a amostra, propondo-se um estudo considerando o estado do Rio Grande do Sul, podendo esse ser aplicado a nível nacional.

Outra sugestão envolve uma análise comparativa entre alunos que estejam iniciando o curso e aqueles que estejam em fase de conclusão, a fim de avaliar se há presença do viés analisado e se esse difere entre os grupos. Assim como poderia ser avaliado o viés comportamental do curso de graduação de Direito, pois também exige a Prova de Suficiência para estar apto a exercer a profissão. Inclusive, estudos futuros que almejem abordar este tema poderiam fazer uso de análises econométricas, visando à obtenção de resultados mais robustos.

REFERÊNCIAS

ALICKE, M. D.; KLOTZ, M. L.; BREITENBECHER, D. L.; YURAK, T. J.; VREDENBURG, D.S.. Personal contact, individuation, and the better-than-average effect, *Journal of Personality and Social Psychology*, v.68, n.5, p.804-825, 1995.

ALPERT, M.; RAIFFA, H. *A Progress Report on the Training of Probability Assessors*. In D. Kahneman, P. Slovic, & A. Tversky (Eds.), *Judgment under uncertainty: Heuristics and biases*. Cambridge: Cambridge University Press, p.294-305. 1982.

BAZERMAN, M.H.; MOORE, D. *Judgment in Managerial Decision Making*. 7ª ed. Wiley. 2009.

BRASIL. *Decreto nº 7.988, de 22 de setembro de 1945*. Dispõe sobre o ensino superior de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7988-22-setembro-1945-417334-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

_____. *Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946*. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9295.htm>. Acesso em: 29 abr. 2018.

_____. *Decreto nº 17.329, de 28 de Maio de 1926*. Approva, o regulamento para os estabelecimentos de ensino tecnico commercial reconhecidos oficialmente pelo Governo Federal. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17329-28-maio-1926-514068-republicacao-88142-pe.html>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

_____. *Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931*. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536778-republicacao-81246-pe.html>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

_____. *Decreto nº 21.033, de 8 de fevereiro de 1932*. Estabelece novas condições para o registo de contadores e guarda-livros, e das outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21033-8-fevereiro-1932-504263-norma-pe.html>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

_____. *Lei nº 1.401, de 31 de julho de 1951*. Inclui, no curso de ciências econômicas, a cadeira de Historia Econômica Geral e do Brasil, e desdobra o curso de ciências contábeis e atuariais. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1401-31-julho-1951-375767-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

_____. *Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968*. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 17 mar. 2018.

_____. *Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010*. "... altera os Decretos-Leis nos 9.295, de 27 de maio de 1946, 1.040, de 21 de outubro de 1969...". Disponível em: <http://cfc.org.br/wp-content/uploads/2015/12/lei_12249.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2018.

_____. *Resolução CFC nº 1.301, de 17 de setembro de 2010*. Regulamenta o Exame de Suficiência como requisito para obtenção ou restabelecimento de Registro Profissional em Conselho Regional de Contabilidade (CRC). Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaocfc1301_2010.htm>. Acesso em: 29 abr. 2018.

_____. *Resolução CFC nº 1.373, de 08 de dezembro de 2011*. Regulamenta o Exame de Suficiência como requisito para obtenção ou restabelecimento de Registro Profissional em Conselho Regional de Contabilidade (CRC). Disponível em: <<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao-cfc-1373-2011.htm>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

BROIETTI, Cleber. Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade: Observação das Publicações Relacionadas ao Tema. In: CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS & INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 5. Santa Catarina. *Anais 2014*. Santa Catarina: UFSC, 2014.

CARVALHO, Carolina; BIANCHI, Márcia; SOUZA, Romina Batista de Lucena de. *Pronunciamentos Técnicos CPC 00 E CPC 26: Desempenho dos discentes em Ciências Contábeis de uma Universidade Pública do Estado do Rio Grande do Sul*. Disponível em: <<http://local.cneccsan.edu.br/revista/index.php/rac/article/view/726>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. *Resolução nº 6, de 10 de março de 2004*. Institui as diretrizes nacionais curriculares para o curso de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. In: Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Superior. *Legislação Republicana Brasileira*. Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces06_04.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2018.

CRESWELL, J. W.; PLANO Clark, V.L. *Designing and conducting mixed methods research*. Thousand Oaks, CA: Sage. 2007.

FISCHHOFF, B.; SLOVIC; LICHTENSTEIN. Knowing with Certainty: The Appropriateness of Extreme Confidence. *Journal of Experimental Psychology: Human Perception and Performance* 3; p.552-564. 1977.

FLICK, U. *An Introduction to Qualitative Research*, 3. ed. London: Sage. 2006.

FREIDSON, E. The Professions and their Prospects. *Newbury Park*: Sage. 1986.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnica de Pesquisa de Social*. São Paulo. 6. ed. Atlas. 2008.

HANSON, D. R.; PLANO Clark V. L.; PETSKA, K. S.; CRESWELL, J. W.; Creswell, J. D.. Mixed methods research designs in counseling psychology. *Journal of Counseling Psychology*, v. 52, n.2, p. 224-35. 2005.

IUDÍCIBUS, Sergio de. *Teoria da Contabilidade*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

KAHNEMAN, Daniel. *Rápido e devagar: duas formas de pensar*. Editora Objetiva, 2012.

KOEHLER *et al.* Confidence and accuracy in trait inference: Judgment by similarity. *Acta Psychologica*, 1996.

PELEIAS, Ivam Ricardo; BACCI, João. Pequena cronologia do desenvolvimento contábil no Brasil: os primeiros pensadores, a padronização contábil e os congressos brasileiros de contabilidade. *Revista de Administração On-Line*. São Paulo: FECAP, v.5, n.3, p.39-54, julho-setembro. 2004.

POMPIAN, M. *Behavioral Finance and Wealth Management: How to Build Optimal Portfolios That Account for Investor Biases*. New Jersey: John Wiley & Sons. 2006.

PRADONAV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REDE JORNAL CONTABIL. *Sete profissões que estão em alta no mercado*. Disponível em: <<https://www.jornalcontabil.com.br/sete-das-profissoes-que-estao-em-alta-no-mercado/>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

RODRIGUES, M. *Sociologia das Profissões*. Oeiras: Celta Editora, 2002.
RUSSO, J. E.; SCHOEMAKER, P. J. H.. Managing Overconfidence. *Sloan Management Review*, v. 33, n.2, 1992.

SILVA, Denise Mendes da. *O impacto dos estilos de aprendizagem no ensino de contabilidade na FEA-RP/USP*. 2006. 172 p. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, São Paulo, 2006.

SKINNER, B. *Ciência e comportamento humano*. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.